

Ativação territorial das agroindústrias rurais familiares na Região do Alto Médio Uruguai

Ezequiel Plínio Albarello

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI)

Carlos Alberto Junior

Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Cidonea Machado Deponti

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional / Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Recebido: 08/10/2017 Versão revisada (entregue): 17/09/2019 Aprovado: 11/11/2019

Resumo

O artigo busca compreender se e como as agroindústrias familiares do CODEMAU podem tornar-se ativos territoriais, permitindo seu desenvolvimento e da região. Para tanto, realizou-se pesquisa qualitativa e exploratória, baseada em dados disponíveis no “Plano de desenvolvimento: arranjo produtivo local, agroindústria familiar e diversidade no Médio Alto Uruguai”, e pesquisa empírica, baseada na aplicação de um questionário para 66 agroindústrias familiares, distribuídas por 16 municípios pertencentes ao CODEMAU. Concluiu-se, por um lado, que as agroindústrias do CODEMAU, com a formação da ADEMAU, apresentaram estratégias coletivas de ação, aproveitando os recursos genéricos e específicos do território, o que favorece a possibilidade de ativação territorial; por outro lado, que são necessárias políticas públicas adequadas para a revelação dos “recursos escondidos” para a eficácia da ação dos atores no território, sem o que o processo de ativação territorial tende a ser prejudicado.

Palavras-chave | Agroindústria rural familiar; CODEMAU; desenvolvimento regional; Rio Grande do Sul; território.

Código JEL | J43 Q13 R58

Territorial activation of family rural agroindustries in the Alto Médio Uruguai Region

Abstract

This article aims to understand how CODEMAU's family agroindustries can become a

territorial asset that allows its development. To answer this question, qualitative and exploratory research was carried out based on the data published in the “Development Plan: Local Productive Arrangement, Family Agroindustry and Diversity in Médio Alto Uruguai”. A structured questionnaire with 14 questions was elaborated that was applied to 66 agroindustries distributed in 16 municipalities belonging to CODEMAU. It was concluded that CODEMAU's agroindustries present individual strategies, not taking advantage of the generic and specific resources of the territory, excluding per hour, the possibility of territorial activation. However, it is noted that through appropriate public policies and the revelation of “hidden resources” from the action of the actors in the territory will be possible such an initiative.

Keywords | CODEMAU; family rural agroindustry; regional development; Rio Grande do Sul; territory.

JEL-Code | J43 Q13 R58

Activación territorial de las agroindustrias rurales familiares en la Región del Alto Medio Uruguay

Resumen

El artículo busca comprender si y cómo las agroindustrias familiares de CODEMAU pueden convertirse en activos territoriales, permitiendo su desarrollo y el de la región. Con este fin, se realizó una investigación cualitativa y exploratoria, basada en los datos disponibles en el “Plan de desarrollo: arreglo productivo local, agroindustria familiar y diversidad en el Medio Alto Uruguay”, e investigación empírica, basada en la aplicación de un cuestionario a 66 agroindustrias familiares, distribuidas por 16 municipios pertenecientes a CODEMAU. Se concluyó, por un lado, que las agroindustrias CODEMAU, con la formación de ADEMAU, presentaron estrategias de acción colectiva, aprovechando los recursos genéricos y específicos del territorio, lo que favorece la posibilidad de activación territorial; por otro lado, que son necesarias políticas públicas adecuadas para revelar los “recursos ocultos” para la efectividad de la acción de los actores en el territorio, sin los cuales el proceso de activación territorial tiende a verse perjudicado.

Palabras clave | Agroindustria rural familiar; CODEMAU; desarrollo regional; Rio Grande do Sul; territorio.

Código JEL | J43 Q13 R58

Introdução

Nos últimos 20 anos, diversas pesquisas têm sido realizadas sobre a temática das agroindústrias por autores brasileiros, com destaque para os estudos precursores de: Altmann (2002), Abramovay (2004), Graziano da Silva (1980), Mior (2005), Pelegrini e Gazolla (2008). Eles comprovam que as agroindústrias contribuem para o desenvolvimento regional e/ou territorial em relação à diversificação da

produção, à renda para as famílias pertencentes ao arranjo e à geração de novas interações sociais, garantindo a reprodução socioeconômica do setor.

No entanto, nos últimos cinco anos poucas pesquisas dedicaram-se à temática da agroindústria. Dentre elas, destacam-se: Ortiz (2019), Anes (2017), Breitenbach, Brandão, Zorzan (2017), Foguesatto et al. (2016) e Albarello (2019). Esses autores discutem sobre agroindústrias familiares, ainda que diferenciando o foco de análise. Ortiz (2019), por exemplo, trabalha com a teoria institucionalista e busca compreender o processo de agroindustrialização em 12 municípios que compõem o COREDE Missões-RS, Brasil. Já Albarello (2019) analisa a partir da Sociologia Econômica de Granovether como os laços fortes e fracos presentes nas relações socioeconômicas estabelecidas entre atores pertencentes à cadeia agroindustrial familiar do Conselho Regional de Desenvolvimento Médio Alto Uruguai (CODEMAU) condicionam e/ou dinamizam os mercados e o território. Porém, há carência de estudos que estabeleçam uma análise a partir do processo de ativação territorial por meio das agroindústrias familiares presentes no território.

De acordo com dados secundários fornecidos pela Empresa de Assistência Técnica e de Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER - Regional (2017)), existem 81 agroindústrias legalizadas na região das Missões e um número quase duas vezes maior do que esse de informais, produzindo açúcar, conservas, aguardente, panifícios, confeitaria, laticínios, sucos, vinhos, frango, doces, farinha, embutidos, filetagem de peixe, geleias, farinha de milho, mandioca, mel, ovos, geleias, sucos, melado e vinhos. Assim, dada a importância da atividade agroindustrial para a região do Médio Alto Uruguai-RS, várias iniciativas de planejamento vêm sendo feitas com a preocupação de promover o crescimento do setor, tentando torná-lo uma alternativa econômica para o desenvolvimento da região.

Para analisar a importância dos atores regionais na construção de um território mais próspero e dinâmico, pode-se considerar que o conceito da ativação articula uma relação entre atores e território. Nesta relação, os atores, de forma coletiva e coordenada, mobilizam recursos específicos do território. Boucher (2004) define que o processo de ativação apresenta as seguintes características: mobilização e ativação de recursos específicos do território combinados com os recursos genéricos e com os exógenos; ação coletiva mediante o empoderamento dos atores locais em favor de seu próprio desenvolvimento; fortalecimento dos aspectos sociais como a confiança, o capital social e as ações coletivas; relação com a coordenação intersetorial ou interinstitucional e a governança local; construção de um recurso específico territorial; fortalecimento das articulações entre os atores locais e um território particular.

O setor da agroindústria familiar regional necessita de pesquisas mais aprofundadas sobre o tema para que as instituições fomentadoras do desenvolvimento, os atores sociais e as políticas públicas de Estado, que trabalham

diretamente com esses agricultores, primeiramente conheçam a sua situação e, posteriormente, sejam sensibilizadas com a sua realidade, promovendo transformações, avanços e remoções dos entraves ao desenvolvimento. Parte-se do pressuposto de que os aspectos já referidos são condições importantes para o planejamento do desenvolvimento regional.

Nesse sentido, entende-se por agroindústria familiar (AF), as “formas de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização” (MIOR, 2005, p. 191).

Neste artigo apresenta-se a relação entre território e agroindústria, bem como a analisa enquanto um instrumento de desenvolvimento regional. A ideia é compreender como as agroindústrias rurais da região analisada poderão se tornar um ativo territorial que permita seu desenvolvimento e da região. É nesse contexto que se questiona: como se a daria a ativação territorial das agroindústrias rurais da região do Médio Alto Uruguai gaúcho numa perspectiva de desenvolvimento regional? Para responder tal questão, objetiva-se analisar o perfil socioeconômico; o processo de agregação de valor; compreender os aspectos positivos, as dificuldades das agroindústrias rurais da região do Médio Alto Uruguai; e, descrever os passos necessários para sua ativação territorial.

O empírico é as agroindústrias rurais da região do Médio Alto Uruguai-RS, enquanto os sujeitos da pesquisa são os agricultores familiares. Para isso, o estudo é baseado em pesquisa documental, revisão de literatura e questionário semiestruturado. Após tabulados e analisados os dados poderão ser detectados os aspectos positivos e as dificuldades enfrentadas pelas agroindústrias. Para compreender o processo de ativação territorial será necessário utilizar a metodologia para consolidar a ativação com enfoque de Sistemas Agroalimentários Localizados (SIAL).

Para tanto, o artigo dispõe de três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira apresenta a discussão teórica sobre o território, seus recursos, atores e as agroindústrias familiares. Na segunda, apresenta-se o mapeamento das agroindústrias do território do Codemau, a cadeia produtiva, o perfil, as dificuldades e as alternativas. Na terceira seção discute-se o processo de ativação territorial e suas possibilidades.

O território: recursos e atores

De acordo com Echeverri e Echeverri (2009), as estratégias de desenvolvimento rural, nos últimos anos com mais frequência, tendem a apontar para os enfoques territoriais porque rompem com as visões tradicionais do rural. Segundo o autor, a priorização do território, do multissetorial, do multidimensional, da relação entre o

urbano e rural constituem-se em suporte que define os eixos de uma estratégia de desenvolvimento rural. Neste contexto, o território é entendido como uma construção social que incorpora dimensões ambientais, sociais, políticas e culturais e que é historicamente determinado (ECHEVERRI; ECHEVERRI, 2009). A ruptura com a dicotomia entre o rural e o urbano permite observar as interdependências funcionais existentes entre ambos que as definições restritas ao rural, centradas na segmentação, não permitem.

Para Wanderley e Favareto (2013), o rural brasileiro apresenta diversidade e realidades distintas do ponto fundiário, produtivo e social, caracterizando-se, assim, não apenas por um meio agrícola. Os autores destacam que o rural não é uma categoria a-histórica que independe do tempo e do lugar, mas que o rural guarda correspondência direta com a trajetória social da formação brasileira, no caso por eles estudado. Nesta mesma perspectiva, Abramovay (2007) salienta que a noção de território sugere o abandono do horizonte setorial na agricultura, onde não mais se usam limites físicos, mas se opta por interações sociais.

A palavra território (*territorium*, em latim) etimologicamente é derivada do vocábulo latino “terra” e era utilizada a partir do sistema jurídico romano “[...] como o pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa” (HAESBAERT, 2012, p. 43). O conceito de território surgiu da geografia política, considerando-o como espaço concreto em si que possui atributos naturais, mas, também, socialmente constituídos (SOUZA, 2009).

A definição do território pressupõe a consideração de uma perspectiva mais ampla que extrapole a dimensão nacional e a figura do Estado como sendo o único gestor. É necessário compreender que a construção e a desconstrução do território ocorrem a partir de diferentes escalas, como governamental ou de gestão (municipal, regional, estadual, nacional, internacional), geográfica (rua, bairro, cidade, vale etc.), temporal (dias, meses, anos, décadas, séculos), entre outras (SOUZA, 2009). O território é determinado por questões políticas, econômicas, sociais, culturais, entre outras, sendo, portanto, constituído de forma processual, histórica e contraditória. Para Haesbaert (2012), a análise do território a partir de uma perspectiva “integradora” pressupõe a identificação das relações sociais e/ou culturais, da relação do homem com a natureza e do contexto histórico. Entretanto, esta dimensão “integradora” significa o reconhecimento da multidimensionalidade do espaço e do território, bem como, [...] a multidimensionalidade de seu foco principal – o poder, em seus aspectos político, econômico, simbólico-cultural e, para alguns, até mesmo natural (HAESBAERT, 2013).

Como enfatizam Santos e Silveira (2001), entende-se por território toda extensão apropriada e usada em que diversos atores estão em constante inter-relação. A perspectiva de “território usado” possibilita uma análise que supere sua definição como organização político-organizativa e considere a existência de atores sociais

que interagem e usam estes espaços. Esse processo pressupõe a existência de disputas de poder, pois é o “uso do território” e não o “território em si mesmo” que o torna objeto de análise social (SANTOS, 2005).

De acordo com Boucher (2011, p. 4), “a noção de território estaria localizada no centro do debate entre a identidade criada e a especificidade das relações sociais existentes em seu interior”. Pecqueur (1992, p. 74), agrega que “el territorio que resulta de esta configuración emerge del reencuentro de los mundos, la sociedad y la comunidad, es decir, de la combinación entre relaciones estrictamente de mercado con formas de cooperación fundadas em la confianza”

Ainda, Boucher (2011) destaca que as dinâmicas territoriais geram processos de aprendizagem territorializados, onde os atores envolvidos desenvolvem diversas alternativas de gestão produtiva, tecnológica, comercial. O território apresenta-se como um nó de encadeamento e de inter-relações. Trata-se de um espaço de relações muito próximas entre seus habitantes e suas raízes territoriais.

E a territorialidade compreendida de acordo com Pecqueur (2001) fundamenta-se em quatro vertentes: sentimento de pertencimento; transmissão de conhecimentos tácitos; efeito permanente; e força dos atores individuais. Assim, verifica-se que tanto o conceito de território quanto o de territorialidade necessitam de atores para serem ativados. A ativação articula-se numa relação entre território e atores.

Desta forma, os atores, de forma coletiva e coordenada, mobilizam recursos específicos nestes espaços e permitem o desenvolvimento territorial (BOUCHER; RIVEROS, 1999). O desafio das estratégias de desenvolvimento dos territórios “[...] é essencialmente identificar e valorizar o potencial de um território. Trata-se de transformar recursos em ativos, através de um processo de mobilização e arranjos dos atores” (PECQUEUR, 2005, p. 1).

Ainda, conforme Favaretto et al. (2015), o estudo das regiões interioranas ou rurais devem iniciar pelo conhecimento das configurações territoriais, considerando suas características intrínsecas, como o tempo estrutural e a dinâmica das organizações sociais, as formas de dominação e o exercício da violência (simbólica). A inter-relação dos atores no território mobiliza dinâmicas e procedimentos singulares de criação de recursos, tais como a produção de produtos oriundos das agroindústrias familiares.

Agroindústria familiar como instrumento de desenvolvimento territorial

Araújo, Wedekin e Pinazza (1990) observam que a agroindústria engloba o complexo agroindustrial como um todo, ou seja, todos os agentes que fazem parte do segmento de insumo e de fatores de produção (antes da porteira), da produção propriamente dita (dentro da porteira), do processo de transformação até a distribuição e do consumo (dentro e depois da fronteira).

Nesta perspectiva, essas unidades agroindustriais são entendidas de acordo com a definição de Mior (2005, p. 191):

A agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando sobretudo à produção de valor de troca que se realiza na comercialização. Enquanto o processamento e a transformação de alimentos ocorrem geralmente na cozinha das agricultoras, a agroindústria familiar rural se constitui num novo espaço e num novo empreendimento social e econômico.

Altmann et al. (2002, p. 103) apresentam a agroindústria rural como:

Atividade que permite aumentar e reter, nas zonas rurais, o valor agregado da produção da agricultura familiar, através da execução de tarefas pós-colheita nos produtos provenientes de explorações agrosilvipastoris, tais como seleção, lavagem, classificação, armazenagem, conservação, transformação, embalagem, transporte e comercialização.

Como definição, a agroindústria familiar que se alude na presente análise é uma das estratégias de reprodução social da agricultura familiar. Segundo outro trabalho, desenvolvido por Pelegrini e Gazolla (2008, p. 77):

Entende-se a agroindústria familiar como uma atividade de produção de produtos agropecuários, de fibras e alimentos com conseqüente transformação destes em derivados de diversos tipos, ocorrendo, nesse processo, a agregação de valor ao produto final. Além disso, deve-se ressaltar que nestes empreendimentos há grande relevância do trabalho e da gestão por parte do próprio núcleo familiar que é que empresta sentidos, significados e as estratégias que serão adotadas nesta atividade.

Conforme Boucher e Gonzáles (2013), as agroindústrias rurais favorecem a pequena agricultura familiar porque representam uma ferramenta de desenvolvimento que fortalece a capacidade dos atores regionais e também permite a geração e a retenção do valor agregado. Todo território apresenta recursos genéricos e específicos. Os recursos específicos estão estreitamente vinculados a características próprias do território e podem ser socioculturais, econômicos ou ambientais. Estes recursos podem vincular-se ao saber-fazer local, a identidade ou a reputação de um produto de tal forma que apresentem uma relação estreita com traços socioculturais. Quando os recursos específicos são

reconhecidos, eles mobilizam o processo de ativação e geram ativos territoriais. O aumento desses ativos enriquece o patrimônio do território (BOUCHER, 2011).

As agroindústrias rurais apresentam recursos específicos, tais como produtos, saber-fazer, redes de atores, instituições, patrimônio local e reputação regional que podem ser combinadas com recursos externos ao território favorecendo o processo de ativação territorial.

Na seção a seguir será realizado um mapeamento do perfil e das dificuldades e alternativas para as agroindústrias do Codemau.

Mapeamento das agroindústrias do Codemau

O mapeamento das agroindústrias do Codemau baseou-se nos dados publicados no “Plano de Desenvolvimento: Arranjo Produtivo Local, Agroindústria Familiar e Diversidade no Médio Alto Uruguai” publicado pela Agência de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai (Ademau), no ano de 2014. Também foi utilizado um questionário estruturado com 14 perguntas aplicado a 66 agroindústrias distribuídas em 16 municípios pertencentes ao Codemau. O total de agroindústrias do Codemau, segundo dados da Empresa de Assistência Técnica e de Extensão Rural do Rio Grande do Sul (Emater/ASCAR-RS), é de 225 agroindústrias alimentares, divididas em legalizadas e não legalizadas. Após tabulados e analisados os dados, estes foram estruturados com o objetivo de analisá-los de forma tanto qualitativa quanto quantitativa.

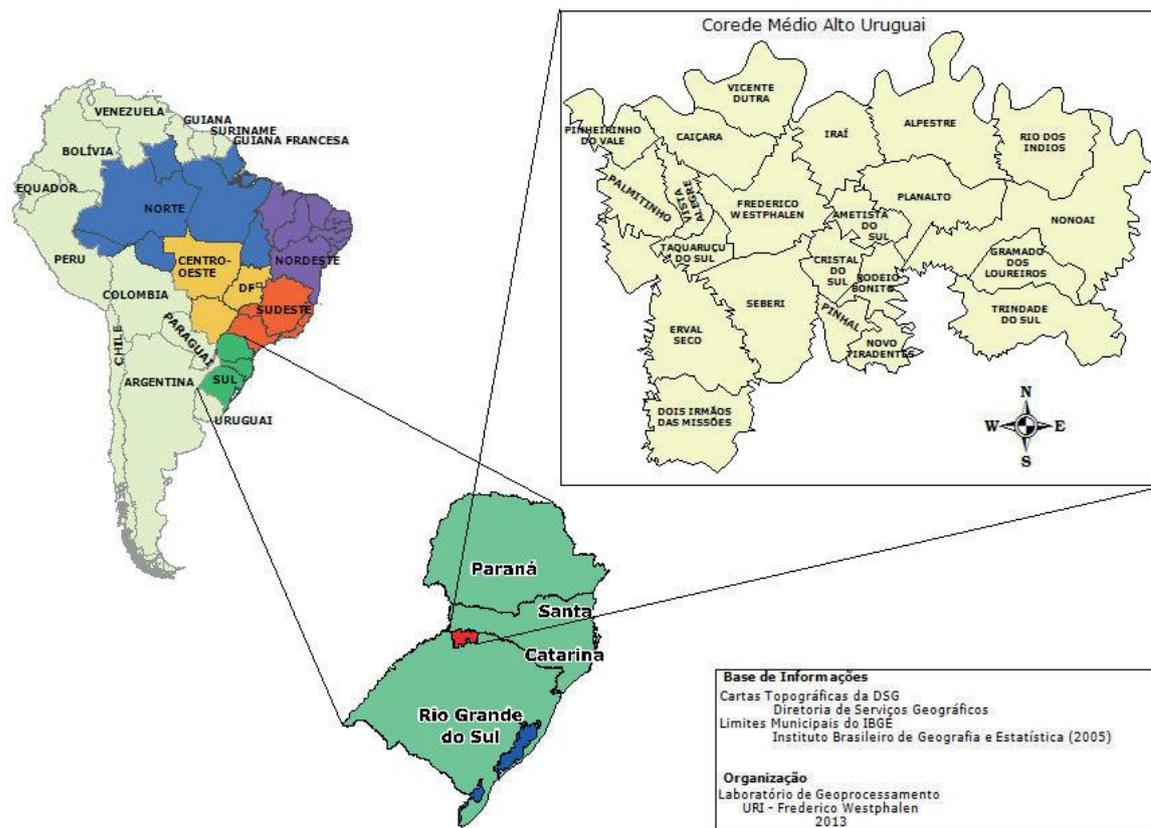
Na abrangência do Corede do Médio Alto Uruguai (Codemau) (2013), ao norte do estado do Rio Grande do Sul, predominam etnias europeias, as quais trouxeram as práticas de transformação dos produtos coloniais para melhorar a qualidade e aumentar a durabilidade dos alimentos. As transformações ocorridas com a Revolução Industrial, bem como a Revolução Verde, a partir dos anos de 1960, não descaracterizaram essas práticas, nem eliminaram os cultivos vegetais e a criação de animais para subsistência, sendo que estas práticas foram transmitidas entre gerações.

O Codemau onde estão inseridas as agroindústrias familiares estudadas localiza-se na mesorregião Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, sendo formada por 22 municípios e, de acordo com a Fundação de Economia e Estatística (FEE) (2015), totaliza uma área de 4.209,4 km². A soma da população dos municípios do Corede Médio Alto Uruguai, de acordo com Codemau (2013), que era de 183.927 habitantes no ano de 2000, teve um decréscimo de 17,08% entre os anos de 2000 e 2010.

Em 2000, a população era de 183.927 habitantes, diminuindo para 152.501 habitantes em 2010, significando redução de 31.426 habitantes em 10 anos. Ainda

de acordo com o Codemau (2013) demonstra que o maior êxodo foi na zona rural, que em 2000 tinha 103.233 habitantes e em 2010 esse número caiu para 69.784, evidenciando que 33.449 habitantes saíram da zona rural. Destes, apenas 2.023 migraram para as zonas urbanas da região, os demais foram para outros centros.

Figura 1 – Corede Médio Alto Uruguai-RS

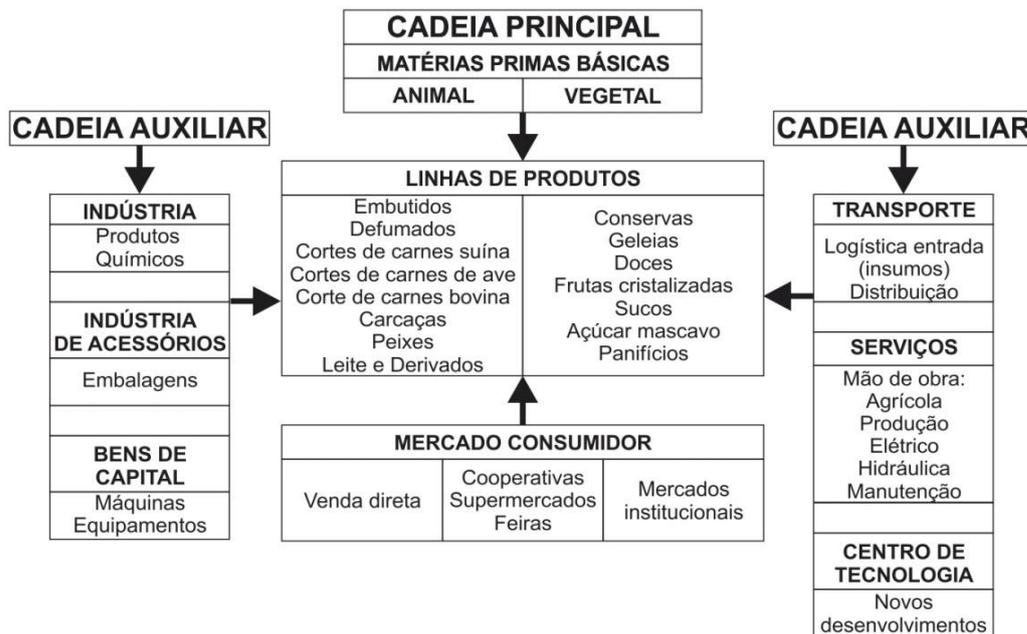


Fonte: Corede Médio Alto Uruguai (2013).

As informações acima referidas, de caracterização socioeconômica do Corede, justificam a necessidade de se compreender o processo de ativação territorial por meio das agroindústrias familiares, diante da possibilidade de estas representarem uma alternativa ao desenvolvimento regional.

A Figura 2 a seguir mostra o mapeamento da cadeia produtiva em que as agroindústrias Familiares do Alto Médio Uruguai estão inseridas.

Figura 2 – Cadeia produtiva das agroindústrias familiares do Médio Alto Uruguai



Fonte: Plano de Desenvolvimento: arranjo produtivo local, agroindústria familiar e diversidade do Médio Alto Uruguai (2014).

Conforme a Figura 2, as matérias-primas básicas utilizadas nas agroindústrias provêm, principalmente, da propriedade onde a agroindústria está inserida, além, é claro, das propriedades vizinhas ou até de municípios da região de abrangência. Raramente as matérias primas básicas vêm de outras regiões do estado. Outros insumos como embalagens, equipamentos e produtos químicos utilizados como aditivos são geralmente adquiridos da região próxima à grande Porto Alegre e/ou outros estados.

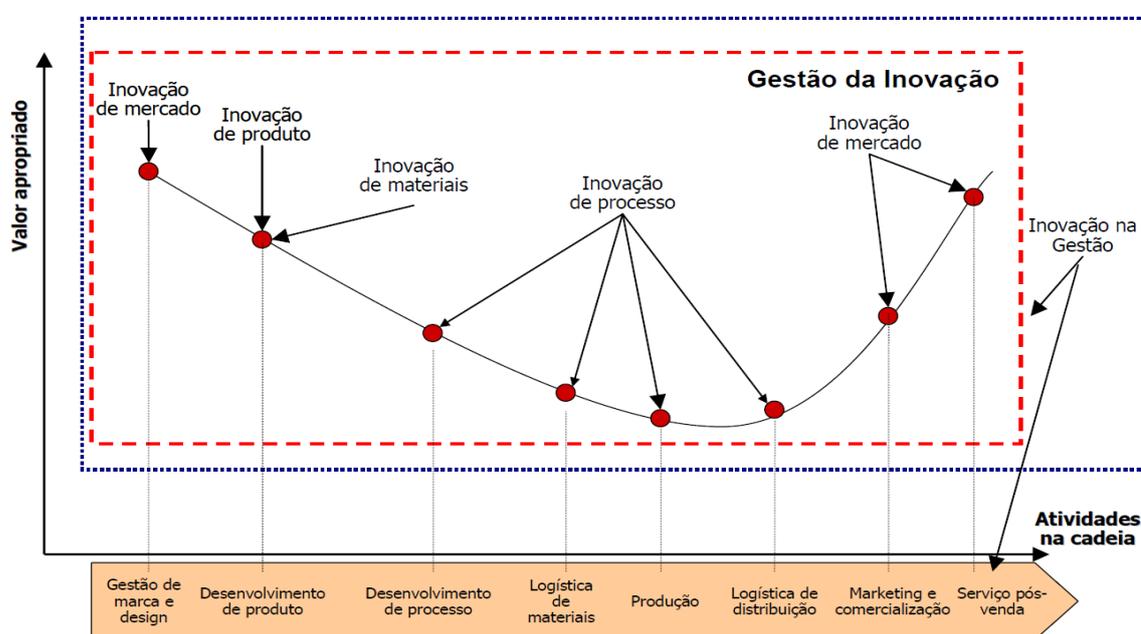
Quanto aos produtos agroindustrializados, há três principais ramos: carne e derivados, leite e derivados, e produtos de origem vegetal, como conservas e similares. A produção de panifícios também aparece, porém, com números de menor expressão. O mercado consumidor em grande parte dos casos é restrito aos limites territoriais do município, tendo em vista as restrições do Sistema de Inspeção Municipal (SIM). Destacam-se como modalidade de venda: a direta ao consumidor; supermercados, feiras, cooperativas; e mercados institucionais, sendo esta última ainda pouco utilizada.

Outro fator preponderante para a ativação positiva da agroindustrialização no território é a cadeia auxiliar fornecedora de insumos a produção. A mesma, além de ser uma atividade geradora de serviços diretos e indiretos, fortalece o viés econômico através da agregação de valor a partir da compra de insumos para o processo de agroindustrialização, sendo estes produtos químicos em geral,

embalagens, equipamentos e máquinas. Destaca-se que a aquisição de insumos se dá geralmente no mercado local, enquanto a aquisição de máquinas e de equipamentos, em sua maioria, vêm de outras regiões do estado. Eles podem, ainda, ser adquiridos em outros estados tendo em vista a localização geográfica de divisa da região estudada.

Já na cadeia auxiliar geradora de serviços externos, pode-se destacar a logística de entrada de insumos na agroindústria e a logística de distribuição dos produtos finais, principalmente os advindos de empreendimentos com sistemas de inspeção estadual ou federal. Diretamente na agroindústria, observa-se um rol de serviços prestados por profissionais que atuam na manutenção da planta, bem como na cadeia de produção de matéria prima agrícola, não podendo deixar de lado a obtenção de serviços de desenvolvimento de novos projetos, podendo ser eles relativos à marca, propaganda, qualidade, entre outros que demandam serviços especializados. A origem destes recursos humanos é variada, tendo em vista que a assistência técnica de máquinas e de equipamentos é prestada pelos fornecedores que são, em sua maioria, de outras regiões ou estados. Já os demais serviços são prestados por profissionais locais ou regionais.

Figura 3 – Cadeia de agregação de valor das agroindústrias familiares do Médio Alto Uruguai



Fonte: Plano de Desenvolvimento: arranjo produtivo local, agroindústria familiar e diversidade do Médio Alto Uruguai (2014).

O desenvolvimento de gestão de marca, produto, processo, logística, marketing, comercialização e pós-venda fazem parte do mapeamento da cadeia produtiva.

Assim, apresenta-se uma breve análise da cadeia de agregação de valor identificada e apresentada pelo “Plano de Desenvolvimento: arranjo produtivo local, agroindústria familiar e diversidade do Médio Alto Uruguai”, de 2014.

Referente à gestão de marca e design, destaca-se que cerca de 70% das agroindústrias possuem marca própria, mas, na maioria das vezes, informal. Quanto ao design das embalagens, a maioria das empresas desenvolve na própria agroindústria. No tocante ao desenvolvimento de produto, conforme verificado na pesquisa, grande parte das agroindústrias pesquisadas aprimoram e desenvolvem novos produtos baseadas em ideias próprias. Ainda ficou demonstrado que a visitação em feiras, exposições, mostras e empresas confere contribuição significativa para o aumento do rol de novos produtos, bem como a melhoria dos já fabricados como, por exemplo, o desenvolvimento de um doce especial ou embalagem nova.

Durante a pesquisa não foi verificado dados que confirmassem que as agroindústrias estão aprimorando seus processos produtivos. Contudo, o processo produtivo apresenta mão de obra geralmente familiar em que o aprendizado provém da própria família, demonstrando que a produção enquanto processo de industrialização não enfrenta maiores dificuldades.

Observa-se que na região do Médio Uruguai há carências de infraestrutura e logística, principalmente pela distância geográfica da capital. A região dispõe de apenas uma forma de transporte, que é o rodoviário, o que comprova a dificuldade de distribuição dos produtos para comercialização em outras cidades. Além disso, as agroindústrias não possuem plano de marketing. Além disso, constatou-se que a comercialização é realizada, principalmente, pelos próprios empreendedores. A principal forma de vender os produtos é por meio dos supermercados, com índice aproximadamente de 63% das agroindústrias se beneficiando desta modalidade de comercialização.

As vendas na própria agroindústria acontecem em praticamente 44% dos casos, seguida das vendas em feiras livres, que aparecem como terceira principal forma de comercialização, representando 32%. Ainda, 17 das 66 agroindústrias pesquisadas comercializam seus produtos em pontos de venda das cooperativas.

No que se refere ao serviço pós-venda, destaca-se que a comunicação com os clientes e fornecedores é realizada através do telefone, seguida pelo canal direto com os consumidores. Constata-se que o uso da internet é pouco expressivo. Um fato que colabora para isso é a dificuldade de conseguir acesso à internet no interior, além da falta de conhecimento do uso da informática, revelando a exclusão digital no meio rural.

Além destas questões gerais referentes às agroindústrias familiares, na seção a seguir traça-se o perfil socioeconômico.

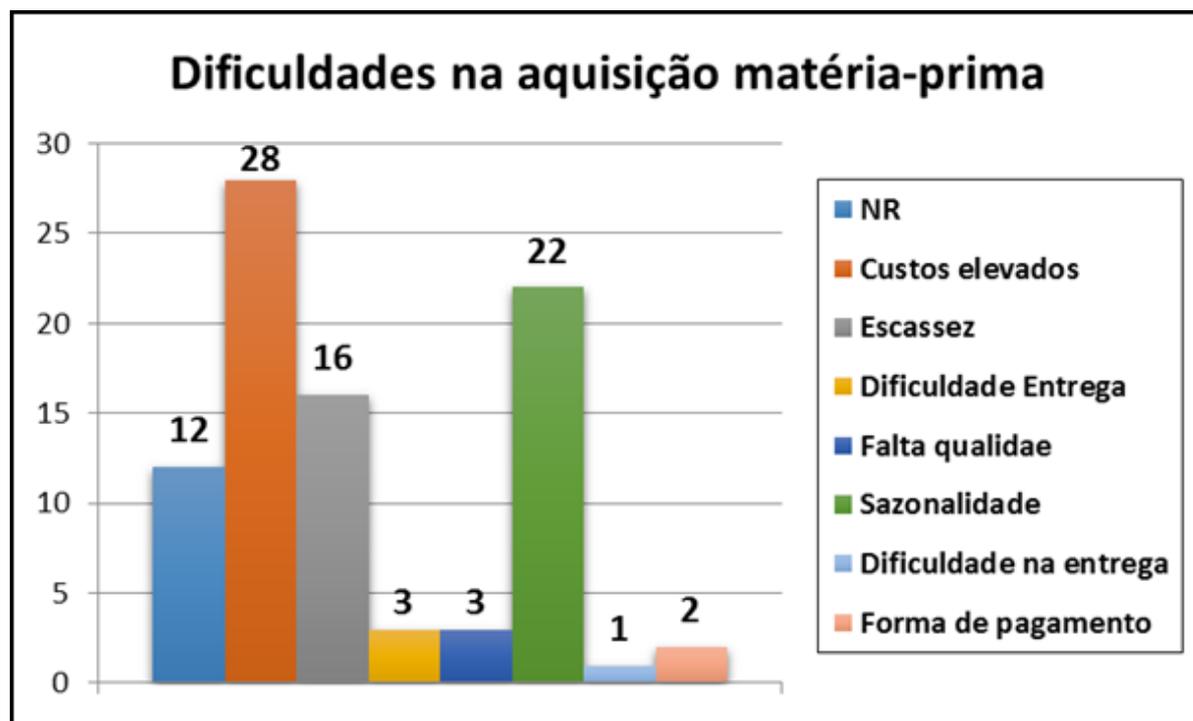
O perfil socioeconômico das agroindústrias familiares do Médio Alto Uruguai

Tem-se como positivo o fato que a maior parte da matéria prima utilizada nas agroindústrias tem procedência da própria propriedade onde estão inseridas. A transformação da matéria-prima é um dos fatores que maximiza os lucros na propriedade e, por consequência nas agroindústrias, contribuindo para a redução dos custos da produção. Este é um fator potencializador do desenvolvimento regional, tendo em vista que a matéria-prima base advém da mesma propriedade do agroindustrializador ou é adquirida dos vizinhos ou em âmbito regional. Diminuindo, assim, os custos de produção, gerando maior distribuição de renda na própria comunidade, município ou região, o que auxilia de forma indireta na promoção de políticas municipais e regionais de incentivo ao desenvolvimento territorial frente os efeitos da globalização. Também se pode considerar que estes fatores de aquisição regional das matérias-primas base contribuem de forma direta no desenvolvimento regional, pressupondo melhor distribuição de rendas e fomento à produção primária.

Contudo, chama a atenção o fato de que 36,4% dos estabelecimentos adquirem matéria prima em outros municípios da região, fato este que pode ser relacionado com as dificuldades quanto à aquisição da mesma. Um dos fatores predominantes segundo os pesquisados seria a sazonalidade, uma das maiores dificuldades. O fator de aquisição de matérias primas de outros fornecedores, contribui de forma direta para o desenvolvimento territorial tendo em vista, neste caso, a aquisição de matéria prima de vizinhos e de associados.

De forma cíclica, a aquisição de matéria prima em outras regiões impacta significativamente nos custos, sendo esta a principal dificuldade apontada pelos agroindustrializadores que adquirem matéria-prima de fora da propriedade. A sazonalidade, seguida da escassez, são alguns dos motivos que levam as agroindústrias a adquirirem matéria-prima em regiões mais afastadas ou em outros estados da federação.

Gráfico 1 – Dificuldades na aquisição da matéria-prima

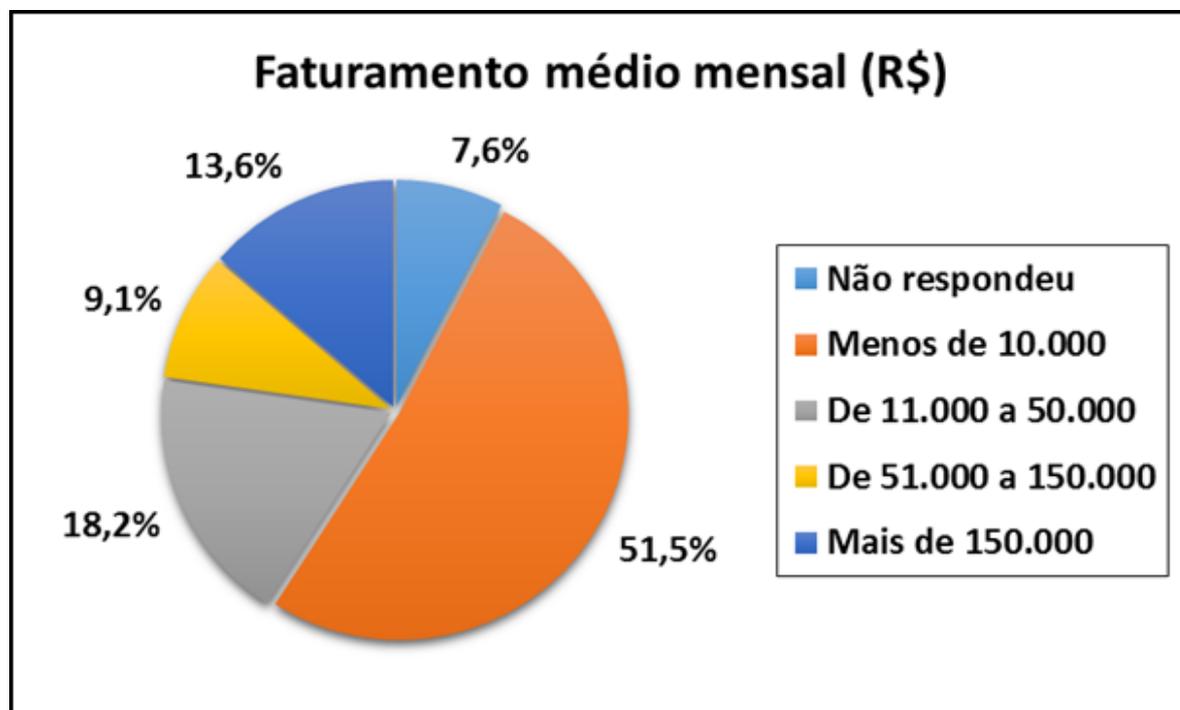


Fonte: Plano de Desenvolvimento: arranjo produtivo local, agroindústria familiar e diversidade do Médio Alto Uruguai (2014).

Quanto à estratégia de venda dos produtos, cerca de 70% das agroindústrias possuem marca própria, na maioria das vezes informal, não registrada ou apenas com o nome ou sobrenome dos proprietários como identificação. Mesmo não sendo registrada, esta “marca” ou nome do produto têm contribuído na identificação e divulgação. Partindo do pressuposto que a marca pessoal do agroindustrializador é uma estratégia definidora de mercado regional, cabe a ele continuar a gestão por meio de uma boa administração das relações públicas. Observa-se que a gestão da marca identificadora territorial de agroindústria familiar é uma boa estratégia de penetração e de manutenção no mercado para bloquear os efeitos maléficos da globalização e da concorrência direta. Ressalta-se que não há a obrigatoriedade do registro, sendo possível apenas listar a marca como nome fantasia nos documentos junto às secretarias da Fazenda municipal, estadual e federal.

No tocante ao faturamento, diversos são os fatores que refletem nos números encontrados. Entre os principais fatores diretos estão o número de clientes, a capacidade de produção e a obtenção de matéria-prima. Quanto aos indiretos, a concorrência do livre mercado, a economia globalizada, a mudança dos padrões de consumo de alimentos, a limitação populacional do território e concomitantemente do potencial de vendas, refletem diretamente no faturamento dos estabelecimentos agroindustriais.

Gráfico 2 – Faturamento médio mensal em R\$ das agroindústrias familiares do CODEMAU em 2014

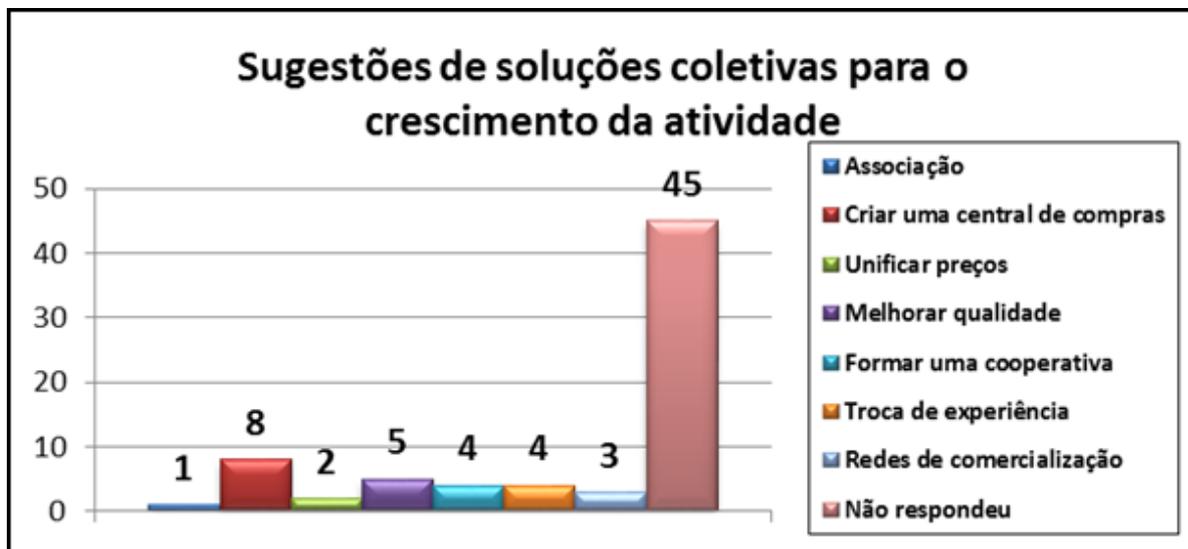


Fonte: Plano de Desenvolvimento: arranjo produtivo local, agroindústria familiar e diversidade do Médio Alto Uruguai (2014).

Dadas as dificuldades encontradas pelo setor, os gestores das agroindústrias estão em busca de soluções coletivas para melhorias. Porém, cabe destacar que até o momento a busca por ações coletivas são microrregionalizadas, não possuindo objetivo comum definido, sendo necessária a implantação de órgãos ou a criação de associações e de cooperativas regionais. Estes, por sua vez, buscariam dar relevância às demandas comuns deste setor como compras coletivas, abertura de novos mercados, assessorias em produção, gestão e legalização das agroindústrias, além de várias outras atividades relacionadas.

Quando perguntado aos gestores, que sugestões teriam para o crescimento da atividade, 41,8% deles não responderam de forma satisfatória a pergunta. Isto demonstra a falta de conhecimento de gestão e como o baixo grau de escolaridade influencia na percepção de possíveis alternativas para solucionar os problemas apresentados por eles mesmos, evidenciando que, embora exista um anseio pela busca de melhorias, como já dito, os objetivos não são compartilhados, ainda que naturalmente possam ser coincidentes.

Gráfico 3 – Sugestões de soluções coletivas para o crescimento na percepção dos agricultores das agroindústrias familiares do CODEMAU em 2014



Fonte: Plano de Desenvolvimento: arranjo produtivo local, agroindústria familiar e diversidade do Médio Alto Uruguai (2014).

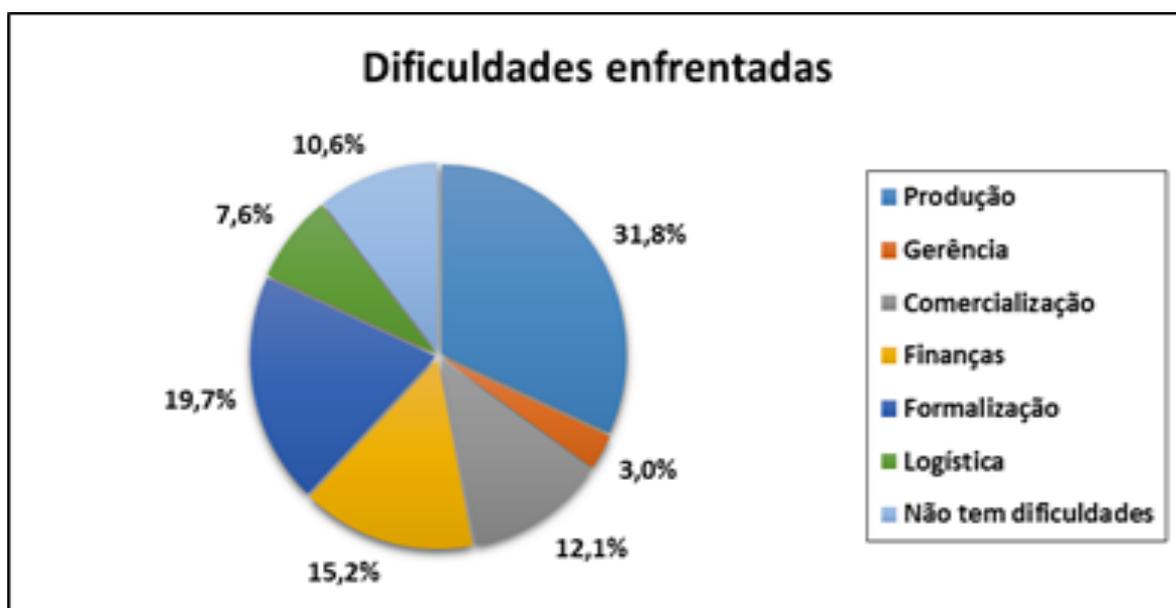
Entre os resultados observados quanto a caracterização das agroindústrias, o mesmo mostrou que 80% das agroindústrias estão há menos de 10 anos na atividade. Por serem empreendimentos muito jovens e em sua totalidade constituídos por agricultores, a inexperiência dos gestores pode contribuir de forma direta para os baixos número de clientes, faturamento, crescimento, sustentabilidade do empreendimento entre outros.

Considerando a baixa experiência dos gestores das agroindústrias pesquisadas, somada a outros fatores como baixa escolaridade, pouca inovação, capacidade inadequada de competição mercadológica, informalidade, sazonalidade de matérias primas e de consumo, pouca qualificação da mão de obra, além de capacidade de investimento insuficiente. Pode-se entender o Gráfico 4 supondo que, além das fraquezas apresentadas pelo objeto pesquisado, eles sequer possuem a capacidade de apontar suas fragilidades na busca de soluções coletivas. Quando indagados para apresentarem soluções coletivas para o crescimento das atividades, eles nem mesmo responderam à pergunta. Talvez pelo medo dos anos de experiência em um mercado de concorrência imperfeita, em que os forçaram a estar na condição atual confirmada pela pesquisa.

Tentando entender um pouco mais sobre as dificuldades enfrentadas pelos gestores das agroindústrias da região estudada, buscou-se dois indicadores para tentar explicar o quanto eles são impactados pelas novas relações mercadológicas advindas da globalização, neste caso, a econômica e financeira. Dentre as

principais dificuldades destaca-se a produção, com 31,8% dos apontamentos. Dificuldades com formalização do empreendimento também foram apontados como um dos principais problemas, com 19,7% dos gestores das agroindústrias indicando motivos diversos, como problemas em relação à planta baixa, infraestrutura, falta de orientação ou distância do órgão orientador. Finanças e comercialização apresentaram índices menores, mas também foram apontadas como dificuldades enfrentadas, com índices de 15,2% e 12,1%, respectivamente.

Gráfico 4 – Principais dificuldades enfrentadas pelas agroindústrias familiares do CODEMAU em 2014



Fonte: Plano de Desenvolvimento: arranjo produtivo local, agroindústria familiar e diversidade do Médio Alto Uruguai (2014).

Quanto as dificuldades elencadas pelos próprios gestores das agroindústrias, o que chama a atenção é o baixo índice de problemas gerenciais apontados, com apenas 3% das indicações. Unindo este dado com a informação já apresentada acima de que 80% das agroindústrias possuem menos de dez anos de existência, percebe-se que talvez o gestor da agroindústria não percebe sua deficiência gerencial e este fator pode contribuir de forma direta para os baixos número de clientes, faturamento, crescimento, sustentabilidade do empreendimento entre outros.

As agroindústrias que apresentam problemas demonstram que o principal deles está relacionado à baixa escala de produção, seguido por custos elevados, equipamentos e/ou estrutura física inadequados ou fora dos padrões exigidos. A escassez de matéria-prima e desconhecimento de técnicas de produção aparecem com menos expressão, sendo que a falta de tecnologia adequada e a qualidade dos produtos foi apontado como problema, mas em índices pouco impactantes.

O processo de ativação territorial das agroindústrias do CODEMAU

A ativação articula uma relação entre atores e território. Nesta relação, os atores, de forma coletiva e coordenada, mobilizam recursos específicos do território.

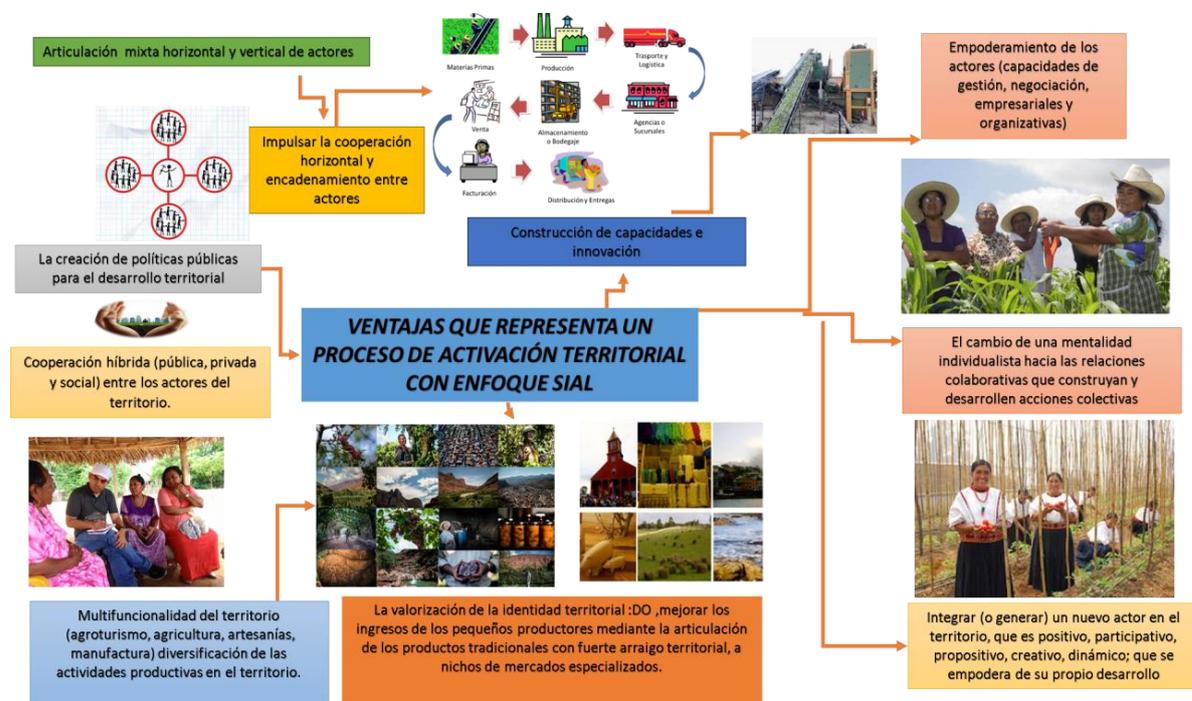
Boucher e Gonzáles (2013) definem que o processo de ativação apresenta as seguintes características: a) mobilização e ativação de recursos específicos do território combinados com os recursos genéricos e os exógenos; b) ação coletiva mediante o empoderamento dos atores locais em favor de seu próprio desenvolvimento; c) fortalecimento dos aspectos sociais como a confiança, o capital social e as ações coletivas; d) relação com a coordenação intersetorial ou interinstitucional e a governança local; e) construção de um recurso específico territorial; e f) refortalecimento das articulações entre os atores locais e um território particular.

A ativação coletiva requer duas etapas, de acordo com Boucher (2004): a primeira *acción colectiva estructural*, representa a criação de um grupo, podendo ser uma associação, ou uma cooperativa ou outra organização. A segunda *acción colectiva funcional* que repousa sobre a construção de um recurso territorializado em relação à qualidade é a marca coletiva, selos e denominação de origem.

A combinação dos elementos acima destacados dá especificidade ao território e a ação de seus atores. Assim, os recursos específicos, mas passivos em um território (tais como as características intrínsecas) tornam-se ativos específicos quando orientados pela eficiência coletiva. Dessa forma, o processo gira em espiral, permitindo que os ativos de uma etapa sejam recursos para a seguinte. Esta espiral que vai incorporando recursos e ativos permite, por exemplo, que em um território primeiramente se conquiste a valorização de determinado produto (agroindustrial) por meio da primeira ativação de recursos específicos e que logo depois se conquiste a qualificação dele pela segunda ativação. E assim sucessivamente o resultado acumulado pode ser o aumento da competitividade solidária no território.

A figura 4 exemplifica um caso de ativação territorial com o enfoque Sistemas Agroalimentários Localizados (SIAL), desenvolvida por Rendón (2016). Com base nesta figura discute o processo de ativação territorial para a região do Codemau.

Figura 4 – Vantagens do Processo de Ativação Territorial com enfoque SIAL



Fonte: Rendón apud Boucher e González (2013).

Para a região estudada, o Médio Alto Uruguai Gaúcho, o território apresenta grande diversidade em sua organização produtiva, vasta tradição na produção e na agroindustrialização de alimentos. Para que ocorra o desenvolvimento territorial a partir das agroindústrias familiares é fundamental que sejam apresentadas alternativas produtivas, não apenas no aspecto da renda gerada, mas também com relação à garantia de comercialização da produção, à aquisição facilitada de insumos, à assistência técnica especializada, aos financiamentos subsidiados que garantam o investimento, a inovação, a participação de entidades representativas e de cooperativas.

Com a finalidade de ativação territorial a partir da agroindustrialização, surge o Arranjo Produtivo Local Agroindústria Familiar e Diversidade, uma instituição representativa e de auxílio às agroindústrias familiares do CODEMAU. Partiu-se para a apresentação dos dados relevantes sobre a criação, gestão e atuação da instituição estudada.

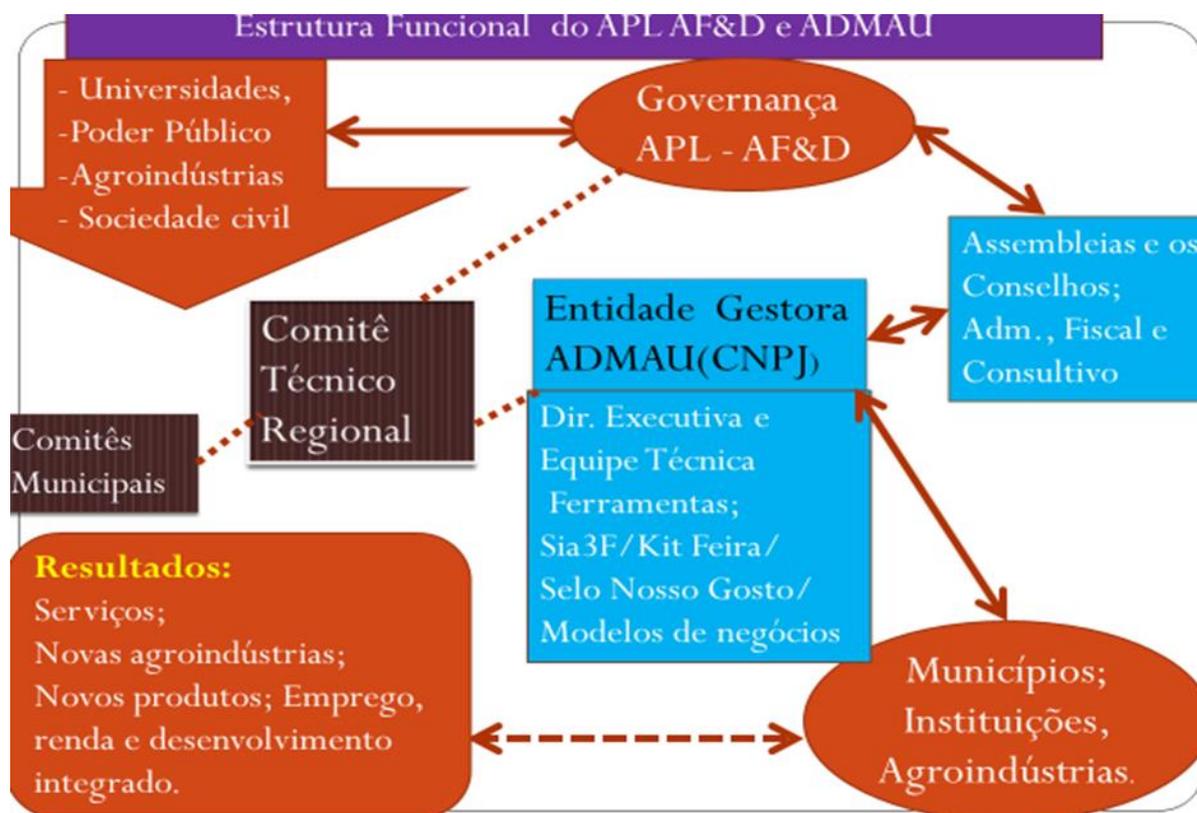
Por volta dos anos 2000, começaram as discussões sobre o desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local na Região do Médio Alto Uruguai Gaúcho. Algumas representações e organizações como associações, cooperativas, movimentos sociais, universidades e órgãos de governo iniciaram debates sobre a possibilidade da formalização de um arranjo produtivo local da agroindústria familiar na região.

Em 2012, os atores locais concentraram seus esforços na formalização do APL, no sentido de enquadrá-lo no projeto de fortalecimento dos APLs do Rio Grande do Sul, com base na Lei 3.839/2011. O propósito estava no incentivo e na valorização das agroindústrias familiares da região do Médio Alto Uruguai Gaúcho e o nome dado foi: APL Agroindústria Familiar e Diversidade.

Com o APL formalizado e em pleno funcionamento, foi necessária a definição de uma visão compartilhada entre os atores envolvidos sobre o desenvolvimento econômico, social, ambiental e regional do APL numa perspectiva mínima de cinco anos. Conforme plano de desenvolvimento do APL, foram estabelecidas 11 estratégias, sendo elas: 1 -Enquadramento ambiental, fiscal e sanitário; 2 - Acesso a programas governamentais; 3 – Pesquisa de mercado conjunto; 4 – Formação de redes de distribuição e comercialização; 5 – Plano de marketing conjunto; 6 – Criar selo de origem; 7 – Capacitação para gestão; 8 – Capacitação para produção primária; 9 – Capacitação para produtos industrializados; 10 – Capacitação comercial e 11 – Criação de planos de negócio.

Abaixo, segue o fluxograma da estrutura organizacional do APL AF&D demonstrando o processo de ativação territorial a partir da agência, seus atores e instituições, dinamizando o funcionamento e a operacionalização do mesmo.

Figura 5 – Estrutura organizacional do Arranjo Produtivo Local Agroindústria Familiar e Diversidade



Fonte: Relatório do projeto do APL ADEMAU.

Nesse sentido, acredita-se que a Agência de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai (Ademau) atua como facilitadora do processo de legalização, comercialização e dinamização no processo de ativação territorial, por meio da criação de instrumentos de legalização, capacitação e união dos atores representativos, além de centrais de comercialização que servem de interface entre os produtores e os compradores. Essas centrais de comercialização cumprem seu papel de facilitadoras a partir do mapeamento das ofertas e necessidades por meio do cadastramento dos fornecedores e de seus produtos e das instituições demandantes de itens oriundos da agricultura e da agroindústria familiar.

A importância da agência para o território estudado se comprova com os dados analisados, as agroindústrias enfrentam problemas de gestão relacionados à participação de entidades representativas de classe. Esse problema reflete na falta de capacidade de gerar maior agregação de valor na cadeia produtiva. A maior parte das agroindústrias não participa de programas governamentais devido à falta de infraestrutura, à limitação de mercado imposta pela legislação municipal e à informalidade.

A pesquisa também apontou sérias limitações em todos os processos da cadeia identificados como serviço pós-venda; desenvolvimento de produto; desenvolvimento de processos; produção; logística de distribuição, de marketing e de comercialização; e gestão de marca e de design. Ademais, verificou-se que não há cooperação intra e inter-regional que potencialize a distribuição e a comercialização dos produtos.

Assim, identificou-se que o mercado impõe a diminuição dos custos de produção das agroindústrias familiares, obrigando-as a alterarem o sistema de aquisição das matérias primas diretamente do agricultor por um novo modelo: a produção em parceria entre a agroindústria e agricultor. Este modelo exclui totalmente a opção de agroindústria familiar, devido à necessidade de aumento da produtividade por estabelecimento rural o que, automaticamente, leva à exclusão das famílias menos favorecidas devido ao aumento do aporte financeiro de investimentos buscando aumento da escala de produção de matérias-primas base. Esta situação substitui a agregação de valor aos produtos dentro da agroindústria, no seio familiar.

Considerações finais

Destaca-se que as ações coletivas que aproximam os atores no território, tais como ação coletiva estrutural e ação coletiva funcional, estão presentes na região a partir da criação da Adema e do APL Alimentos e Diversidade, contribuindo para a ativação territorial por meio das agroindústrias rurais como instrumentos de desenvolvimento regional.

Dentre as debilidades ou as dificuldades, salienta-se que não existe o total aproveitamento dos recursos do território, porque a coordenação entre os atores ainda é incipiente e os esquemas de comercialização coletivos, embora presentes, também necessitam ser mais bem explorados. Essas características demonstram que há possibilidade de ampliação das articulações entre os atores para a efetivação do processo de ativação territorial.

Para consolidação das ações que permitam o processo de ativação territorial, destaca-se a necessidade da ampliação da organização coletiva dos atores; promoção de produtos diferenciados com características artesanais que valorizem o território; capacitação contínua dos agricultores envolvidos nos processos de agroindustrialização; ampliação da qualidade dos produtos mediante desenvolvimento de uma marca territorial ou de um selo diferencial; consolidação das organizações representativas; valorização do saber-fazer dos agricultores, dentre outros.

A consolidação das agroindústrias familiares é relevante para o desenvolvimento regional, contanto que o Estado, nas diferentes esferas, favoreça a construção de políticas públicas mais próximas da realidade das agroindústrias familiares e que as

próprias agroindústrias busquem a dinamização territorial por meio da revelação de ativos territoriais. Dessa forma, fomentando uma distribuição de renda mais justa e sustentável para o produtor primário, não repassando a industrialização e a agregação para as grandes corporações. A infinidade de forças, de fraquezas, ameaças e oportunidades que o setor agroindustrial familiar apresenta torna o planejamento futuro, de certa forma, intangível, porém, factível.

Referências

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, A.C.; ALMEIDA Fo., N. (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Ed. Alínea. 2007. Disponível em: md.ufsc.br/files/2011/05/Abramovay_Para_uma_teor%C3%ADa_dos_estudos_territoriais.pdf. Acesso em 06/01/2017.

ABRAMOVAY, R. Entre deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social: Revista de Sociologia**, Vol. 16, N. 2, 2004.

ADEMAU. **Plano de Desenvolvimento**: arranjo produtivo local, agroindústria familiar e diversidade do Médio Alto Uruguai. Frederico Westphalen: Agência de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai, 2014.

ADEMAU. **Relatório do projeto do APL ADEMAU**, instrumento: 017/2015 APL/DPI/AGDI, processo: 559-37.01/15-2-37.01. Frederico Westphalen: Agência de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai, 2015.

ALBARELLO, E. P. **A Força dos laços na dinamização do território**: estudo das agroindústrias familiares na Região do CODEMAU-RS. Tese de Doutorado. Santa Cruz do Sul: PPGDR/UNISC, 2019.

ALBARELLO, E. P.; DINIZ, J. L. P. **Plano de desenvolvimento**: arranjo produtivo local, agroindústria familiar e diversidade do Médio Alto Uruguai. Frederico Westphalen: Ed. URI/FW, 2014.

ALTMANN, A. **Perspectivas para a agricultura familiar**: horizonte 2010. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 2002.

ANES, C. E. R. **Pensamento instrumental e substantivo da dinâmica produtiva das agroindústrias familiares na região das Missões, RS.** Tese de Doutorado. Santa Cruz do Sul: PPGDR/UNISC, 2017.

ARAÚJO, N. B.; WEDEKIN, I.; PINAZZA, L. A. **Complexo agroindustrial: o agrobusiness brasileiro.** São Paulo: Agroceres, 1990.

BOUCHER, F. **Enjeux et difficulté d'une stratégie collective d'activation des concentrations d' Agro-Industries Rurales: le cas des fromageries rurales de Cajamarca, Pérou.** Thèse de doctorat. Université de Versailles Saint Quentin en Yvelines, novembre 2004, 436 p.

BOUCHER F. La Leche: un instrumento de desarrollo territorial de los pequeños productores para acceder a nuevos mercados. In: BOUCHER F.; BRUN. V. (Org.) **De la leche al queso: queserías rurales en América Latina.** México/DF: IICA; CIRAD; Miguel Ángel Porrúa, 2011, p. 17-43.

BOUCHER, F.; GONZÁLEZ J. A. R. **Guía metodológica para la Activación Territorial con enfoque de Sistemas Agroalimentarios Localizados.** México/DF: IICA; CIRAD, 2013.

BOUCHER F.; RIVEROS, H. **Elementos conceptuales AIR y de reflexión.** Proyecto MAG/BCIE/IICA, 1999. Disponível em <http://agritrop.cirad.fr/476814>. Acesso em 06/01/2017.

BREITENBACH, R.; BRANDÃO, J. B.; ZORZAN, M. Vantagens e oportunidade no relacionamento entre associados e cooperativa de laticínios. **Interações**, v. 18, N. 2, p. 45-58, abr.-jun. 2017.

CODEMAU. **Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai: programa de combate às desigualdades regionais.** 2 ed. Frederico Westphalen: Agência de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai, 2013.

ECHEVERRI PERICO, R.; ECHEVERRI PINILLA, A. M. **El enfoque territorial redefine el desarrollo rural.** 2009. 18p. Disponível em:

<http://www.proterritorios.net/sites/documentos/biblioteca/DI16.pdf>. Acesso em 24 nov. 2016.

EMATER/RS-ASCAR – **Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural**. <http://www.emater.tche.br/site>. Acesso em: jan. 2017.

FAVARETO, A. et al. Territórios importam: bases para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil. **Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade**, v. 1, N. 1, 2015, p. 14-46.

FEE-Fundação de Economia e Estatística. **Estimativas Populacionais** (Revisão 2015). Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/populacao/estimativas-populacionais>. Acesso em: nov. 2016.

FOGUESATTO, C. R.; ARTUZO, F.; LAGO, A.; DESSIMON, M. Fatores relevantes para a tomada de decisão dos jovens no processo de sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 37, N. 130, p. 15-28, jan.-jun. 2016.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A pequena produção e as transformações da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1980.

HAESBAERT, Rogério da Costa. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HAESBAERT, Rogério da Costa. O território e a nova desterritorialização do Estado. In: DIAS, Leila Cristina; FERRARI, Maristela (Org.) **Territorialidades humanas e redes sociais**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013, p. 19-37.

MIOR, L.C. **Agricultura familiar, agroindústria e redes no desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

ORTIZ, L. C. V. **Instituições no processo de agroindustrialização na agricultura familiar na Região das Missões, RS**. Tese de Doutorado. Santa Cruz do Sul: PPGDR/UNISC, 2019.

PECQUEUR, B. Territoire, territorialité et développement. In: **Actes du Colloque Industrie et territoire: les systèmes productifs localisés**. Grenoble: IREP-D, 21-22 Octobre 1992, p. 71-88.

PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. **Économie Rurale**, N. 261, 2001, p. 37-49.

PECQUER, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, vol. 24, N. 1/2, 2005, p. 10-22.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. **A Agroindústria Familiar no Rio Grande do Sul: limites e potencialidades a sua reprodução social**. Frederico Westphalen: Editora da URI, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 77-116.

WANDERLEY, M. N. B.; FAVARETO, A. A singularidade do rural brasileiro: implicações para tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas (parte 3). In: MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel (Org.) **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2013, p. 413-472.

Endereço para correspondência:

Ezequiel Plínio Albarello – epaalbarello@fw.uri.br
Avenida Assis Brasil, 709 – Bairro Itapagé
98400-000 Frederico Westphalen/RS, Brasil

Carlos Alberto Junior – carlos_dinamica@hotmail.com
Avenida Independência, 2293 – Universitário
96815-900 Santa Cruz do Sul/RS, Brasil

Cidonea Machado Deponti – cidonea@unisc.br
Avenida Independência, 2293 – Universitário
96815-900 Santa Cruz do Sul/RS, Brasil

